



Deputado Edinho Bez vai sugerir comissão para analisar redução da maioria penal

No Congresso Nacional, o tema é abordado em 53 propostas de emenda à Constituição. Uma delas está em análise na Câmara há 20 anos (PEC 171/93). | 04



Funai, Ibama e Dnit vão rever entraves na duplicação da BR-101 em Santa Catarina

Duplicação será fundamental para desafogar o trânsito naquele trecho, evitando acidentes.

| 07



GT da Telefonia aprova propostas para novo marco das telecomunicações

| 06

Ministro da justiça diz que não há parlamentares sendo investigados sobre corrupção no Metrô de SP

Audiência pública conjunta das Comissões da Câmara ouviram o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre denúncias de cartel no metrô de São Paulo e do DF.

| 08

Comissões ouvem ministro da Aviação

Civil sobre licitações em aeroportos

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Finanças e Tributação promoveram audiência pública com o ministro da Aviação Civil, **Moreira Franco**. A reunião aconteceu no plenário 04 do anexo II da Câmara dos Deputados, na terça-feira (19/11). Os parlamentares dos dois colegiados pediram esclarecimentos sobre as licitações dos aeroportos de Confins, em Belo Horizonte (MG), e Galeão, no Rio de Janeiro (RJ).

A convocação do ministro foi aprovada a pedido dos deputados **Manoel Junior (PMDB-PB)** e **Akira Otsubo (PMDB-MS)**. Eles embasaram o pedido pelo que a imprensa tem divulgado, que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) lançou edital que restringe a competição no processo de licitação desses aeroportos.

O ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, afirmou que o leilão foi “*extremamente competitivo*”. Foram apresentadas cinco propostas para o Galeão. Três desses consórcios deram lances também para Confins. Os envelopes foram levados à BM&FBovespa, mas serão abertos apenas na sexta-feira (22). Haverá disputa em viva-voz.

“Para quebrar essa precariedade [dos aeroportos] é que há esforço do governo, não só fazendo concessão, como fazendo obras nos 20 aeroportos principais, e neles se incluem os das capitais, e um início de um programa de aviação regional para criar uma infraestrutura



Diretor Presidente da Anac, Marcelo Pacheco dos Guaranys, ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco e o presidente da CFFC, deputado Edinho Bez.

que permita a mobilidade de todos”.

O edital limitaria o percentual de participação de grupos já detentores de outras concessões em até 15%. “*Tal medida, a nosso ver, prejudica a livre concorrência, impede o alcance da melhor oferta e depõe contra o interesse público*”, afirmou Manoel Junior. De acordo com o ministro, que foi convocado para a audiência pública para explicar os critérios adotados pelo governo no leilão - considerados por parte dos deputados como restritivo à concorrência -, as regras não foram restritivas.

“Os resultados demonstrarão interesse grande, confiança no futuro do país e disposição desses grupos de enfrentar esse desafio e dar essa con-

tribuição para que possamos mudar”, disse o ministro.

Preços abusivos

O deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)** arguiu o ministro sobre a composição dos preços das passagens aéreas, cujos valores, em muitos trechos de rotas domésticas, ultrapassam aos dos destinos de voos internacionais. Moreira Franco rejeitou a possibilidade de controle de preços. Ele lembrou que uma lei de 2006 estabelece a política de liberdade tarifária e os preços recuaram desde então. “*Quando havia controle de preços, a passagem aérea era mais cara do que hoje*”, disse.

Segundo ele, o esforço do governo de modernizar aeroportos com a concessão de terminais e investimentos da Infraero “*acabará ajudando [a aumentar] a malha aérea e melhorar a composição de preços*”.

Em resposta ao presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFFC), que enfatizou o abuso das tarifas praticadas pelas companhias aéreas, o ministro recomendou antecipar as compras. “*Essas passagens são muito mais baratas do que as tarifas de balcão*”, afirmou.

Ele também fez uma crítica à “*prática colonialista*” de tributar o querosene de aviação usado em voos domésticos enquanto rotas internacionais gozam de isenção de ICMS e PIS/Cofins.



Deputados denunciam passagens aéreas a preços abusivos



Deputado Edinho Bez pede explicações ao diretor da Anac sobre o aumentos abusivos das passagens aéreas.

Por solicitação dos deputados **Carlos Brandão (PSDB-MA)**, **Edio Lopes (PMDB-RR)** e **Hugo Motta (PMDB-PB)**, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou, na quarta-feira (18/12), audiência pública sobre a fixação de preços no transporte aéreo regular de passageiros e avaliou o impacto econômico e social das políticas tarifárias vigentes. Participaram do debate o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), **Marcelo Pacheco dos Guarany**s e o representante das empresas: Gol, TAM, Azul, Avianca Brasil, **Sr. Eduardo Sanovicz**, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abeaer).

O diretor-presidente da Anac apresentou vários números que apontam a diminuição do preço das passagens entre 2002 e 2012. Segundo ele, em 2002, não havia tarifas vendidas a menos de R\$ 100, enquanto, em 2012, cerca de 13% das passagens domésticas estavam nessa faixa de preço.

Na avaliação do deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**, presidente da Comissão, as empresas são beneficiadas pela falta de concorrentes e ausência de falta de cobranças dos órgãos competentes. “Como se explica que uma passagem aérea para o estado de Rondônia seja mais cara que um bilhete para

Nova York ou Paris. Isto é um atentado a concorrência e ao consumidor”, ressalta o deputado.

Marcelo Guarany disse aos deputados que a agência não tem competência para intervir nas tarifas aéreas. “A Anac não é competente para determinar o que é preço abusivo, o que é conduta predatória. O que podemos fazer é notificar o Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica]”.

O presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, Eduardo Sanovicz, sugeriu que um grupo de deputados monte uma comissão para visitar as companhias aéreas e, dessa forma, tenham acesso a dados sobre as empresas. “Lá podemos explicar como se

formam os preços”, declarou.

Sanovicz ressaltou que o Distrito Federal reduziu de 25% para 12% o valor do ICMS sobre o querosene de aviação e a região ganhou 56 novos voos.

Passagens aérea nas alturas

O deputado **Edio Lopes (PMDB-RR)** rebateu Sanovicz. “Tenho aqui cópia de uma passagem que mostra que uma empresa cobrou R\$ 8 mil pelo trecho Brasília-Boa Vista. No mesmo dia, uma passagem de ida e volta para Tóquio estava mais barata. E não me venha com a história da diferença do ICMS que incide sobre uma parcela do valor do bilhete para justificar isso”, afirmou Lopes, que defende a formação de uma comissão parlamentar de inquérito para discutir o valor das passagens aéreas.

Os deputados questionaram o valor cobrado pelos bilhetes aéreos, que, em alguns casos, pode chegar a quase R\$ 10 mil.

O deputado **Hugo Motta (PMDB-PB)** defendeu o projeto de lei 6860/2013, de sua autoria, que tramita em regime de urgência, que permite a entrada de empresas estrangeiras no mercado brasileiro por tempo determinado. “Vai permitir a concorrência e diminuir essas disparidades de preços em períodos como o das Olimpíadas”, apontou.



Deputados Edio Lopes e Hugo Motta, autores do requerimento que gerou a Audiência Pública.

Membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Presidente: Edinho Bez (PMDB/SC), **1º Vice-Presidente:** Alexandre Santos (PMDB/RJ), **2º Vice-Presidente:** João Pizzolatti (PP/SC), **3º Vice-Presidente:** Luiz Sérgio (PT/RJ)

PT: Edson Santos (RJ), Vanderlei Siraque (SP), Renato Simões (SP), Ságuas Moraes (MT); **PMDB:** Edio Lopes (RR), Hugo Motta (PB), Aníbal Gomes (CE); **PSDB:** Carlos Brandão (MA); **PROS:** Ademir Camilo (MG); **PR:** Manuel Rosa Neca (RJ), Paulo Feijó (RJ), Wellington Roberto (PB); **PDT:** Wolney Queiroz (PE); **PTB:** Nilton Capixaba (RO); **SDD:** Fernando Francischini (PR).

SUPLENTEs: Pedro Eugênio (PT/PE), Sibá Machado (PT/AC), Waldenor Pereira (PT/BA), Akira Otsubo (PMDB/MS), Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Marçal Filho (PMDB/MS), Washington Reis (PMDB/RJ), Vanderlei Macris (PSDB/SP), Vaz de Lima (PSDB/SP), Felipe Bornier (PSD/RJ), Manoel Salviano (PSD/CE), Sérgio Brito (PSD/BA), Carlos Magno (PP/RO), Anthony Garotinho (PR/RJ), Zoinho (PR/RJ), Márcio Junqueira (PROS/RR), Valtenir Pereira (PROS/MT), Mendonça Filho (DEM/MG), Marcelo Matos (PDT/RJ), Stepan Nercessian (PPS/RJ).

Edinho Bez vai sugerir comissão para analisar redução da maioria penal



Parlamentares e conferencistas do primeiro Simpósio Nacional sobre a maioria penal.

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**, vai sugerir a criação de uma comissão especial para analisar as diversas propostas que tramitam na Câmara dos deputados sobre a redução da maioria penal. O deputado ressaltou que o tema é polêmico, porém, é necessário respeitar todas as opiniões e debatê-las. *“Daí o motivo do simpósio, onde foram debatidas as manifestações favoráveis e contrárias de vários convidados”.*

Durante o 1º Simpósio Nacional sobre Maioridade Penal, realizado pela comissão na quinta-feira (12/12), Edinho Bez informou que vai sugerir a criação da comissão especial ao presidente da Câmara, **Henrique Eduardo Alves**. *“A minha proposta [de votar um texto sobre o assunto] é de até 30 de junho. Apesar de ser ano eleitoral, vamos estabelecer uma meta. Se não der, ficará para o segundo semestre”*, disse Edinho.

No Congresso Nacional, o tema é abordado em 53 propostas de emenda à Constituição. Uma delas está em análise na Câmara há 20 anos (PEC 171/93) e reduz a responsabilidade penal de 18 para 16 anos.

Participante do simpósio, o deputado sergipano **André Moura**, líder do PSC na Câmara e que também é autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57, que propõe a redução da maioria de 18 para 16 anos e do PDC 494/13 que sugere a realização de plebiscito sobre o tema, disse que não se pode admitir que o discurso da década de 70 fosse o mesmo da atualidade,

com todo o avanço tecnológico, crianças e adolescentes têm todas as informações, até de como fabricar bombas caseiras, produzir armas e outros artefatos.

Redução responsável

O presidente da Frente Parlamentar pela Redução da Maioridade Penal, deputado **Fernando Francischini (SDD-PR)**, propõe alterações no tempo de internamento dos menores infra-



**temos que
respeitar
todas
as opiniões
e debatê-las**

Dep. Edinho Bez (PMDB-SC)



tores para cumprimento de medidas socioeducativas previstas no ECA. Para ele, que é delegado da Polícia Federal, é preciso agir com inteligência, punindo com rigor os crimes mais graves – aqueles ditos hediondos.

De acordo com o deputado **Vanderlei Siraque (PT-SP)**, a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea da Constituição brasileira - cláusulas pétreas são aqueles dispositivos da Constituição que não podem ser modificados.

Siraque disse ser necessário encontrar uma solução para o enfrentamento da criminalidade, o tema da redução da maioria penal tem que ser muito bem discutido. *“É uma ilusão achar que uma medida como esta venha a reduzir os índices de violência do país”.*

Tempo de internação

Durante o simpósio, o diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal, **Jorge Xavier**, disse não apoiar a redução da maioria penal, mas defendeu o aumento do tempo de internação para menores que cometem infrações graves. Ele disse que, em 2012, a Polícia do DF prendeu 11,5 mil adultos e apreendeu 8,5 mil adolescentes.

“Há adolescentes extremamente violentos, capazes de cometer cinco, seis, sete assassinatos em um espaço de tempo curto, e a legislação tem que nos dar mecanismos para que essas pessoas fiquem recolhidas por um tempo maior”, afirmou Xavier.

O doutor em Sociologia **Antônio Flávio Testa** disse concordar com um maior tempo de internação para jovens violentos e reincidentes, com o objetivo de diminuir a violência no curto prazo. Entretanto, no médio e longo prazos, ele defendeu medidas que tenham como foco o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, para evitar que cheguem ao ponto de cometer crimes.

A conselheira **Beatriz Rezende**, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, também manifestou-se contra a redução da maioria penal. Segundo ela, o adolescente infrator tem que ser responsabilizado pelo ato que cometeu, sem que o Estado abra mão de protegê-lo. *“Um adolescente que comete crimes graves não pode ser tratado como se fosse adulto”*, declarou.

Audiência discute eficácia da Lei de Acesso à Informação

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle promoveu audiência pública na terça-feira (12/11), sobre a eficácia da Lei de Acesso à Informação (12.527/11), em vigor desde maio do ano passado. O deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**, que sugeriu a audiência, lembrou que o objetivo da lei é permitir que todos os cidadãos tenham o direito de receber informações dos órgãos públicos.

Parlamentares constataram que foram feitos quase 90 mil pedidos a diversos órgãos nos três níveis de governo. A norma permite a cada cidadão pedir e receber informações de órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Participaram da reunião, os convidados: o secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas da Controladoria Geral da União, **Sergio Nogueira Seabra**; o ouvidor do Tribunal de Contas da União, **Eduardo Duailibi Murici**; e o diretor-executivo do Portal Transparência Brasil, **Claudio Weber Abramo**.

O representante da Controladoria Geral da União, Sergio Nogueira Seabra, informou também que 95% das solicitações receberam resposta em um período médio de 11 dias, ou seja, em menos tempo do que o prazo de 30 dias



O diretor da ONG Transparência Brasil, Claudio Abramo questiona a aplicabilidade da lei.

que o Estado tem para se manifestar.

Segundo informou Nogueira, 65% dos estados já regulamentaram a Lei e mais de 50% dos municípios de capitais já a implementaram. Durante a audiência pública, o diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Cláudio Abramo, reclamou que muitas cidades e governos estaduais ainda não divulgam seus dados, além de nem sempre responder a pedidos de informação. “A Lei não foi regulamentada em muitos estados. Então, você vai querer saber como é que estão gastando o dinheiro e não aparece, não tem informação”.

Para o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Edinho Bez (PMDB-SC), a situ-

ação vai melhorar à medida que a sociedade participar mais. “Já foi pior. Hoje a sociedade está participando mais. Veja o nosso Facebook, o Twitter, as redes sociais de um modo geral. Há uma participação efetiva. Isso é igual à democracia, ainda estamos avançando no processo democrático, ainda estamos avançando nas redes sociais, ainda estamos avançando no direito de se manifestar, que muitos cidadãos não sabem que têm”.

O Brasil é o 16º país mais transparente do mundo segundo uma lista de 89 nações feita por organizações que monitoram os índices de acesso à informação. Nesse ranking, o país aparece à frente, por exemplo, dos Estados Unidos e Reino Unido.

CFFC debate licenciamento concedido para centros logísticos aduaneiros



Deputado Carlos Magno solicitou a realização da audiência pública.

A CFFC da Câmara debateu, na quinta-feira (21/11), com o subsecretá-

rio de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal, **Ernani Checcucci**, sobre as concessões de licenças para dezenas de empresas funcionarem em Centros Logísticos e Industrial Aduaneiros, atendendo o requerimento nº 508/2013 de autoria do deputado **Carlos Magno (PP-RO)**.

Entre 15 de julho e 1º de agosto deste ano, diversas superintendências da Receita Federal concederam licença de exploração desses centros aduaneiros – Clias, a pelo menos 12 empresas que operam em diferentes locais do País.

Segundo o deputado Carlos Magno, que solicitou o debate, a Medida Provisória 612/13, que autorizava esse licenciamento estava para perder a validade, e essas empresas não deveriam ter sido licenciadas. “Considerando

que compete a esta comissão fiscalizar, entre outras, a gestão operacional e a eficiência dos órgãos da Administração Pública, é urgente avaliarmos essa situação”.

O subsecretário de Aduana e Relações Internacionais, Ernani Checcucci, elogiou a MP 612, que entre outros fatores, alterou o modelo de concessão e exploração dos Centros Logísticos, antes chamados de Portos Secos, e flexibilizou o regime dos terminais retroportuários. “Esta MP irá permitir a oferta de mais serviços aduaneiros no interior do País. Estamos trabalhando para dar seguimento a este projeto”, disse. Ele falou do contexto em que a Receita Federal opera na administração aduaneira e destacou o crescimento do comércio internacional e de fluxo de passageiros e cargas.

GT da Telefonia aprova propostas para novo marco das telecomunicações

Relatório final é composto de três Projetos de Lei (PLs) e um Projeto de Lei Complementar (PLP)



Membros do Grupo de Trabalho entregam ao Presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves PMDB (RN) os projetos de lei do novo marco da regulamentação da telefonia.

Após quatro meses e meio de funcionamento, o Grupo de Trabalho da Telefonia da Câmara Federal aprovou na terça-feira (12/11), o relatório final de atividades que resultou na apresentação de três Projetos de Lei (PLs) e um Projeto de Lei Complementar (PLP). As cinco propostas alteram pontos importantes da Lei Geral de Telecomunicações (LGT – Lei 9.472/1997), instituída para permitir a privatização do Sistema Telebrás. O GT foi o resultado da soma de esforços das comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) e de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC).

Os projetos foram protocolados na presença do presidente da Câmara, deputado **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**. A partir disso começaram a seguir o trâmite legislativo. O primeiro projeto altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para permitir às empresas de telecomunicações se creditarem do ICMS pago na aquisição de energia elétrica. “Precisamos diminuir a carga tributária incidente sobre o setor, que representa 50% do total pago pelo consumidor em sua conta de telefone”, ressaltou o presidente do GT, deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**.

Quanto aos créditos das linhas pré-pagas, os parlamentares aprovaram uma proposta intermediária, que eleva de 30 para 60 dias o prazo de validade. A proposta original – que estendia em

até dois anos a validade dos créditos – foi considerada prejudicial à oferta do serviço por parte das empresas, que poderia ficar mais caro ao consumidor e, até mesmo, ser extinto. Na versão final, o valor creditado poderá receber uma validade extra ao fim do 59º dia, caso o cliente insira um valor adicional. Por exemplo, se o usuário inserir R\$ 10 e até o 59º dia não gastar nada, ele poderá creditar R\$ 5 para ampliar a validade por mais dois meses, e assim consecutivamente.

A proposta incorporou um item do PL 5013/2013 (Lei Geral das Antenas), que dispõe sobre o silêncio positivo. Ou seja, caso o poder público municipal não se pronunciar num prazo de 60 dias sobre a possibilidade ou não de instalar uma antena, a operadora ficará automaticamente autorizada a fazer a colocação do equipamento. Com o apoio do Ministério das Comunica-

ções, o relatório também agregou o PL 1481/2007, que viabiliza a aplicação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na expansão da banda larga no Brasil. Atualmente, a legislação só permite a utilização do Fust na expansão da telefonia fixa, com a instalação de telefones públicos, por exemplo. Com a mudança, será possível utilizar a verba para levar internet às escolas públicas. O GT manteve os itens que proíbem a cobrança do adicionamento de deslocamento e da taxa de *roaming*. Também foi aprovada a proposta que obriga as operadoras de telefonia fixa a oferecer ao menos um plano de serviço que não inclua a cobrança de um valor fixo mensal, a chamada assinatura básica. A exigência de cobertura de 100% de telefonia móvel nas áreas urbanas e rurais foi rejeitada por ser considerada uma obrigação de difícil implantação, que poderia gerar a elevação dos custos das empresas e a desistência na participação dos leilões. A previsão sobre a cobertura deve ser definida pela Anatel nos editais de licitação.

O novo marco também avança no sentido de ampliar os poderes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para determinar, em caráter cautelar, a suspensão da venda e habilitação de novas linhas telefônicas por parte das operadoras. Segundo o relator, neste item, o texto sugerido pelo governo ficou ainda mais rígido.

Outro ponto aprovado e considerado um grande avanço é o que determina que as construções, ampliações ou reformas de edifícios, deverão ser executados de modo a dispor de dutos, condutos, caixas de passagem e outras infraestruturas que permitam a passagem de cabos e fibras ópticas para a instalação de redes de telecomunicações.



Brasil desconhece a riqueza estratégica do nióbio

O deputado **Edio Lopes (PMDB-RR)**, autor do requerimento nº 522/2013, que originou a audiência pública desta terça-feira (26/11), na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, disse que o Brasil insiste em desconhecer a riqueza estratégica do nióbio. *“É necessário acompanhar, fiscalizar e esclarecer a política adotada na produção do nióbio brasileiro, principalmente no que se refere à exportação”*, destacou o parlamentar.

A reunião debateu a exploração e exportação deste minério que é uma matéria prima para fabricação de ligas de aço de alta resistência, utilizadas principalmente nos setores da construção civil, óleo e gás e automotivo. *“É por isso que também se fala do nióbio como ‘metal verde’, um metal que através de suas características torna as estruturas de aço mais leve e acaba por gerar uma economia na produção do aço”*, garantiu o diretor financeiro dos Negócios Fosfato e Nióbio da Anglo American Brasil, **Mauro Meinberg**.

As reservas nacionais medidas de

nióbio e analisadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, totalizam 842.460 milhões de toneladas, as reservas então concentradas nos Estados de Minas Gerais (64,45%), Amazonas (33,94%) e Goiás (1,61%). Das reservas mundiais com mais de 4,3 bilhões de toneladas, no Brasil estão 4,2 bilhões, ou seja, 98% de todas reservas do mundo.

No Brasil, três empresas respondem pela totalidade da produção do nióbio, de acordo com informações de Edio Lopes. A Anglo American, empresa britânica instalada em Catalão (GO), é a segunda maior produtora de nióbio no Brasil. A empresa estima um crescimento de 6% ao ano.

O deputado Edio Lopes disse que saiu da audiência pior do que chegou ao recinto, com mais dúvidas sobre o que o Brasil não faz para conter a entrega de mineral tão raro no mundo. *“Estamos perdendo cerca de 50 bilhões de dólares anuais, e vendendo o nosso nióbio na mesma proporção como se a Opep vendesse a um dólar o barril de petróleo. Mas petróleo existe em outras*



Edio Lopes trouxe para a Câmara a preocupação com as riquezas minerais brasileiras.

fontes, e o nióbio só no Brasil; podendo ser outra moeda nossa. Não é um descalabro alarmante?”

Foram convidados para a audiência: o diretor financeiro dos Negócios Fosfato e Nióbio da Anglo American Brasil, Mauro Meinberg; e o diretor de operações de Nióbio da Anglo American Brasil, Paulo Minsk.

Funai, Ibama e Dnit vão rever entraves na duplicação da BR-101 em Santa Catarina



Audiência Pública que debateu a construção de túneis no Morro dos Cavalos (SC) e a construção da quarta pista da BR 101.

Uma reunião entre o Dnit, Funai e Ibama deverá ocorrer nos próximos dez dias para resolver os entraves nos Licenciamentos Ambientais necessários para construção da quarta pista na BR-101, no Morro dos Cavalos em Palhoça-SC.

A proposta foi apresentada pelo deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, aprovado pelos deputados da Comissão e pelos três órgãos presentes na audiência pública que debateu o assunto nesta terça-feira (17/12).

Segundo o Dnit em janeiro deverá ser licitada a quarta pista com o início previsto logo após o resultado da

licitação. Entretanto, é um paliativo até a construção dos túneis na localidade conhecida como Morro dos Cavalos, no município de Palhoça. No entanto, será fundamental para desafogar o trânsito naquele trecho, evitando acidentes. O projeto prevê o aproveitamento da plataforma da faixa de domínio existente, ampliando das atuais três faixas de rolamento para quatro. Mas Funai e o Ministério Público têm feito ressalvas à obra.

Na ocasião, foram discutidas também as viabilidades para a conclusão do projeto de construção da Ferrovia Litorânea, no total de 236 km de extensão, entre os municípios de Imbituba a Araquari.



Deputado Edinho Bez (PMDB-SC) recebe os cumprimentos do senador Cacildo Maldaner pela iniciativa do debate na Câmara.

Ministro da justiça diz que não há parlamentares sendo investigados sobre corrupção no Metrô de SP



Em audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC; de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO na Câmara dos Deputados, na quarta-feira (4/12), foi ouvido o ministro da Justiça, **José Eduardo Cardozo**, sobre as circunstâncias da fuga para a Itália do ex-diretor do Banco do Brasil, **Henrique Pizzolato** e, denúncias de cartel no metrô de São Paulo e do Distrito Federal que virou sessão de desabafo das indignações

de parlamentares citados nas supostas acusações. Durante audiência, o deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)**, presidente da CFFC, elogiou a postura do ministro em fazer cumprir a lei e a sua coragem para enfrentar problemas, independentemente da situação que se coloque os seus pares. “Tenho orgulho em ter participado, como deputado federal, de momentos de destaque nesta casa”, assinalou o parlamentar.

A maior parte dos citados no documento pertence ao PSDB, partido do governador de São Paulo, **Geraldo**

Alckmin. O deputado **José Aníbal (PSDB-SP)**, que é secretário estadual de Energia e retomou ao mandato para participar da audiência pública, afirmou que o vazamento do documento foi feito por alguém do alto escalão do ministério. Ele também questionou a origem do documento, afirmou que todas suas informações financeiras estão disponíveis e cobrou investigações rápidas.

Aníbal disse a Cardozo que tem agido de forma não democrática e acusou o deputado **Simão Pedro**, que entregou os documentos de autoria do ex-diretor da Siemens Everton Rheinheimer ao ministro da Justiça, de ser o autor das denúncias. “Quero dizer quem acho que é o autor: é o deputado Simão Pedro. Ele consolidou isso aqui, inclusive com uma relação promíscua que ele deve ter com o Everton (Rheinheimer, ex-diretor da Siemens)”, afirmou Aníbal. Ele disse ter “nojo” da forma como a denúncia foi vazada.

Ministro-chefe da CGU: trabalho feito por ONGs sempre tiveram problemas e irregularidades

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, presidida pelo deputado **Edinho Bez (PMDB-SC)** realizou na quarta-feira (18/12), audiência pública com Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), **Jorge Hage Sobrinho**, sobre as providências adotadas na apuração das demandas de supostas irregularidades praticadas pelo ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho e emprego, **Paulo Roberto dos Santos Pinto**, nas duas oportunidades em que ele ocupou o cargo. E debateu também sobre o desvio de recursos do Programa Fome Zero, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e as providências eventualmente tomadas pelo órgão.

A audiência com o ministro, proposta pelo deputado **Vanderlei Macris (PSDB-SP)**, disse que a investigação se deu por conta das denúncias veiculadas pela imprensa. E que a CGU demorou a apurar o envolvimento de funcionários denunciados na operação Esopo, da Polícia Federal. O deputado pediu ao ministro Hage os documentos sobre as investigações da CGU.

Jorge Hage afirmou que as irregularidades em convênios do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) devem diminuir com o acordo de cooperação técnica assinado com o Ministério da Educação (MEC). O acordo prevê a execução pelo MEC de cursos de qualificação profissional, por intermédio do Prona-

tec Trabalhador [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego].

Hage fez um histórico das atuações da CGU nas análises dos programas do Ministério do Trabalho. Ele afirmou que, em ações de fiscalização da Controladoria, foram descontinuidos 63 programas do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) e 187 do Programa Primeiro Emprego.



Ministro-chefe da CGU, Jorge Hage Sobrinho

Expediente

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – Câmara dos Deputados

Anexo II – Ala A – sala 163 - A – CEP: 70160-900

Secretário: Luiz Paulo Pieri. **Equipe Técnica:** André Gustavo Meira, Antonio Gomes Aguiar, Antonio Ribamar, Bárbara Martins, Camila Galgane, Denize Macedo, Emerson Paranhos, Jair Ferreira, Marcelo Lapa, Marielle Orrigo, Patrícia Miranda e Thiago Ribeiro. **Jornalista Responsável:** Antonio Jacinto Índio (Mtb 488/AL); **Fotos:** Antonio J. Índio e Secom-Câmara dos Deputados; **Designer Diagramador:** Humberto A. Castelo Branco; **Impressão:** Deapa/Cgraf.

Fale conosco: (61) 3216-6672 | e-mail: cffc.decom@camara.leg.br